



## **Apontamentos sobre o ensino de Sociologia numa instituição federal de ensino técnico integrado: o caso do IFSul**

*Andréia Orsato<sup>1</sup>  
Márcia Ondina Vieira Ferreira<sup>2</sup>*

### **Resumo**

Este artigo apresenta resultados iniciais de pesquisa que versa sobre o ensino de Sociologia nos onze campi e nos trinta cursos de nível técnico integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Parte-se do entendimento de que a inclusão da disciplina de Sociologia nos componentes curriculares visa contribuir para a formação do pensamento crítico e o exercício pleno da cidadania. Com esse intuito, o artigo busca compreender como a disciplina de Sociologia é desenvolvida nos diferentes cursos técnicos oferecidos pelo Instituto, enfocando-se a carga horária destinada à Sociologia nas grades curriculares dos cursos e os conteúdos programáticos contidos nos programas da disciplina. A fim de atingir tais propósitos, a metodologia empregada na investigação foi o protocolo quali-quantitativo, utilizando-se como técnica de pesquisa, no recorte ora apresentado, a análise documental a partir da apreciação das grades curriculares dos cursos e dos programas da disciplina de Sociologia. Os resultados denotam uma grande variedade de temas abordados em diferentes cursos nos vários campi que pertencem ao IFSul, o que pode dever-se tanto à inexistência nacional de programa comum para a disciplina, quanto à ausência de debate interno à instituição com o fim de construir uma base comum.

**Palavras-chave:** Ensino de Sociologia. IFSul. Currículo.

### **Notes on the teaching of Sociology at an integrated technical education federal institution: the IFSul case**

#### **Abstract**

This article presents initial results in research on the teaching of Sociology at the eleven campi and in the thirty courses of integrated technical level to high school at the Sul-rio-grandense Federal Institute of Education, Science and Technology (IFSul). It is understood that the inclusion of the subject of Sociology in the curriculum aims to contribute for the construction of critical thinking and the full exercise of citizenship. With such purpose, the article aims to understand how the subject of Sociology is developed in the different technical courses offered by the Institute, focusing on the hour load dedicated to Sociology in the

<sup>1</sup> Pós-doutoranda FaE/UFPeL, professora do IFSul, e-mail: andreaorsato@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Pós-Doutora, PPGE FaE/UFPeL, e-mail: marciaondina@uol.com.br

courses syllabus and the program contents found in the subject program. In order to reach such purposes, the methodology used in the investigation was the quali-quantitative protocol, making use as a research technique, in the part presented here, the documental analysis based on the examination of the curricular programs of the courses and the syllabus of Sociology. The results denote a considerable range of themes approached in different courses at the several campi belonging to IFSul, which may happen either due to national inexistence of a common program for the subject or due to the lack of internal debate in the institution with the purpose of a common base.

**Key words:** Sociology teaching.IFSul.Curriculum.

## 1. Introdução

Este artigo objetiva apresentar os primeiros resultados de pesquisa que aborda o ensino de Sociologia nos onze campi e nos trinta cursos de nível técnico integrado ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). O ponto de partida para estudo é de que a inclusão da disciplina de Sociologia no ensino médio tem por finalidade colaborar com a formação discente a partir do desenvolvimento do pensamento crítico e do exercício da cidadania.

Para tanto, num primeiro momento contextualiza-se a trajetória do ensino de Sociologia na educação básica brasileira, destacando as reformas educacionais que expressam avanços e retrocessos na obrigatoriedade da disciplina ao longo do século XX e, em especial, os acontecimentos que a marcaram nessas primeiras décadas do século XXI, deixando à vista os conflitos e a instabilidade que permeiam sua inclusão. Em seguida, pondera-se como a Sociologia no ensino médio vem sendo abordada por pesquisadoras e pesquisadores que se debruçam sobre o tema. Haja vista a produção científica crescente a respeito desta questão, observamos várias frentes de análise, entre elas, questões de carga horária, currículo, formação de professores, metodologias, recursos e materiais didáticos utilizados, percepção docente e discente sobre a Sociologia nas escolas, finalidade de sua inclusão nas grades curriculares, etc, demonstrando ser este um objeto de análise que veio a serem mais explorados.

Na seção seguinte apresentam-se os dados da pesquisa, enfatizando a análise em torno do currículo da Sociologia no IFSul, particularmente no que se refere à carga horária destinada e aos conteúdos constantes nos programas da disciplina. Por fim, nas considerações finais, além de resgatar os principais resultados da investigação, destaca-se uma perspectiva do ensino da Sociologia que a constitui como um campo próprio de estudo e cuja contribuição principal se dá a partir desse ponto de vista. Ou seja, ainda que haja controvérsias e falta de

consensos sobre o desenvolvimento da disciplina no ensino médio, entende-se que sua inclusão agrega à formação discente o conhecimento próprio das Ciências Sociais e nisso reside a chave para sua obrigatoriedade: a contribuição para a problematização, desnaturalização e estranhamento da realidade social.

## **2. Contextualizando o ensino de Sociologia na Educação Básica brasileira**

Datam do século XIX as discussões a respeito da introdução da disciplina de Sociologia na escola média brasileira. Uma gama considerável de trabalhos acadêmicos buscou dar conta de relatar e analisar a história do ensino de Sociologia no Brasil, a qual é marcada por profundas descontinuidades. As tentativas de inserção, assim como exclusão da disciplina ocorreram por meio de várias reformas da educação básica.

No que se refere à inserção, a primeira delas se deu por influência de Rui Barbosa na reforma educacional de 1882, a qual não obteve êxito. Em 1890, outra reforma então denominada Reforma de Benjamim Constant, instituía o ensino de Sociologia e Moral nas escolas do exército, sendo que depois o ensino de Sociologia foi estendido para a educação pública em todos os níveis e modalidades de ensino. Todavia, a referida reforma não chegou a concretizar-se e em 1897 foi inteiramente alterada, excluindo a Sociologia dos currículos ginasiais e do ensino secundário (SILVA, 2010).

É somente a partir de 1925 que a Sociologia se institucionaliza e passa a ser reconhecida como uma ciência da sociedade e uma disciplina autônoma nos currículos escolares da escola normal e secundária, a partir da reforma educacional promovida por João Luiz Alves-Rocha Vaz. Tal fato marca o início do processo de elaboração e publicação de manuais de sociologia, em particular voltados para a formação de professores. Mais tarde, em 1931, a Sociologia é estendida, pela reforma de Francisco Campos, aos cursos preparatórios para o ingresso nas faculdades de Direito, Ciências Médicas e Arquitetura e Engenharia (OLIVEIRA, 2014).

As sucessivas reformas na educação básica entre as décadas de 1920 e 1940 ampliaram os espaços de disseminação e de institucionalização das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil, como destaca Silva(2010). Esse período ficou também conhecido como o “anos dourados” da Sociologia (RIBEIRO et al., 2009). Contudo, a segunda inflexão no ensino de Sociologia na educação básica estava por vir e ela se concretizou com a reforma de 1942, popular como Reforma Capanema, a qual retirou obrigatoriedade da disciplina dos cursos secundários, mantendo-a no curso normal. Como consequência dessa

medida, observa-se a retirada do ensino de Sociologia dos currículos da escola média, mas paradoxalmente, ampliaram-se os espaços de formalização das Ciências Sociais/Sociologia por meio do ensino e da pesquisa em universidades e centros de investigação criados e patrocinados pelos governos e agências internacionais.

Com o golpe de Estado e a instauração da ditadura militar em 1964, novas reformas educacionais foram propostas pelos governos de exceção. Na esteira do pensamento dominante à época o ensino de Sociologia, assim como de outras disciplinas da área das ciências humanas, sofreu novo revés. O primeiro golpe para a disciplina foi a publicação do decreto-lei nº 869 de 16 de setembro de 1969 que instituiu a obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), em todos os níveis de ensino, e a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSP) no nível médio. O ensino de Sociologia foi substituído por estas duas disciplinas (CARVALHO, 2004).

Na mesma linha do decreto de 1969, o governo militar publicou em 1971 a Lei nº 5.692 que estabelecia as novas diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus (hoje ensino fundamental e médio), levando a cabo um processo de “‘profissionalização’ do currículo escolar” (OLIVEIRA, 2014, p.1022), ao passo em que colocava a preparação para o mercado de trabalho como o elemento central da formação dos estudantes nos dois níveis da educação básica, conforme, por exemplo, o artigo 4, §1º da referida lei. Esta lei também definia as disciplinas obrigatórias, a saber: Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde. Reforça-se, dessa forma, a exclusão da Sociologia como disciplina autônoma no âmbito do ensino básico brasileiro, o que vai ocorrer ao longo do todo o período de vigência da ditadura militar.

Com as mobilizações visando à redemocratização do país os primeiros sinais de que a Sociologia poderia ter nova chance nos currículos escolares se dá com a apresentação do projeto de lei nº 7445/1986, que visava revogar o decreto nº 869 de 1969. Contudo, o projeto foi transformado e somente sancionado pela Lei nº 8663 de 1993, indicando que os conteúdos ministrados pelas disciplinas de EMC e OSPB deveriam ser incorporados às disciplinas de Ciências Humanas e Sociais.

Ante a não exclusão oficial dos currículos aos poucos a Sociologia passou a figurar novamente como disciplina escolar, entretanto, caracterizando-se como iniciativas pontuais e desarticuladas entre os diferentes estados brasileiros (OLIVEIRA, 2014). Conforme Silva (2010) a expansão da disciplina e de seus conteúdos nos currículos escolares ocorreu a partir

---

<sup>3</sup> A disciplina de OSPB já havia sido incluída nas grades curriculares como disciplina obrigatória complementar, por proposta de Anísio Teixeira durante o Governo João Goulart, através da Indicação Nº 1 do Conselho Federal de Educação, homologada pelo MEC em 24 de abril de 1962. Sua inserção tinha por objetivo proporcionar aos estudantes a compreensão da realidade sociocultural brasileira (VIEIRA, 2005).

dos anos 1980, especialmente após 1984, em alguns estados, como por exemplo: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais ao realizarem reestruturações curriculares buscaram adequar os currículos aos tempos de redemocratização, bem como, fazer a crítica ao regime militar e sua concepção de educação.

Existia uma crítica contundente à obrigatoriedade do ensino profissionalizante no Segundo Grau e às concepções tecnicistas dos currículos de modo geral. Assim, as equipes que assumiram as tarefas de reformas da educação nos Estados procuraram retomar o Ensino Médio propedêutico ou o Ensino Médio integrado (ensino geral e profissionalizante ao mesmo tempo)(SILVA, 2010, p.27).

Mas foi, sem dúvida, a partir de 1996 que a discussão sobre a inserção da Sociologia na educação básica espalhou-se por todo o território nacional, com a publicação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as novas Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB). Contudo, a LDB de 1996 também não foi suficientemente explicativa e definidora no que se refere à disciplina aludida, limitando-se a expressar que ao final do ensino médio, o educando deveria demonstrar “ART. 36, §1º, III – (...) domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1996). Estava dado o impasse: ter domínio do conhecimento não implicava necessariamente incluir a Sociologia no currículo já que os conteúdos poderiam ser ministrados por outras disciplinas da área de ciências humanas.

Sequer a publicação de outros documentos sobre o ensino médio resolveu a questão da obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio. Podemos citar dois desses documentos. O primeiro seria as Diretrizes Curriculares Nacionais/Ensino Médio (DCNEM) – Parecer CNE/CEB nº15/1998 – no seu item 5.2, em que se lê:

Pela constituição dos significados de seus objetos e métodos, o ensino das Ciências Humanas e Sociais deverá desenvolver a compreensão do significado da identidade, da sociedade e da cultura, que configuram os campos de conhecimentos de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Direito, entre outros. Nesta área incluir-se-ão também os estudos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania, para cumprimento do que manda a letra da lei. No entanto, é indispensável lembrar que o espírito da LDB é muito mais generoso com a constituição da cidadania e não a confina a nenhuma disciplina específica, como poderia dar a entender uma interpretação literal da recomendação do inciso III do Parágrafo primeiro do Artigo 36. Neste sentido, todos os conteúdos curriculares desta área, embora não exclusivamente dela, deverão contribuir para a constituição da identidade dos alunos e para o desenvolvimento de um protagonismo social solidário, responsável e pautado na igualdade política (BRASIL, 1998).

O segundo documento é Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998, que em seu Artigo 10, §2º destaca: “As propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento

interdisciplinar e contextualizado para:b) Conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998).

Segundo Casão e Quinteiro (2007) havia um absoluto desinteresse do governo federal em tornar a Sociologia e a Filosofia disciplinas obrigatórias. Isso se reflete, para os autores, nos textos acima citados. Tais documentos utilizam termos como estudos ou conhecimentos de Sociologia e Filosofia, não assegurando a oferta dessas disciplinas, “afinal, seu ‘tratamento interdisciplinar’ – certamente entre as disciplinas já existentes como História e Geografia – dispensaria a necessidade de mais uma disciplina, a Sociologia” (CASÃO; QUINTEIRO, 2007, p.229).

Ainda em 1997 o deputado Padre Roque, do Partido dos Trabalhadores, havia apresentado projeto de lei que tornava a Sociologia e a Filosofia disciplinas obrigatórias no ensino médio. Mesmo sendo aprovado pela Câmara e Senado Federal, o desfecho foi um balde de água fria sobre seus defensores, pois em 8 de outubro de 2001 o então presidente Fernando Henrique Cardoso, sociólogo de formação, sob o argumento da interdisciplinaridade, da falta de recursos e de professores habilitados, veta o projeto de lei que visava inserir a disciplina no ensino médio (CARVALHO, 2004; CASÃO; QUINTEIRO, 2007; OLIVEIRA, 2014).

Uma nova perspectiva inicia em 2005 quando o secretário de educação básica do Ministério da Educação encaminhou, para apreciação, documento sobre as diretrizes curriculares das disciplinas de Sociologia e Filosofia no ensino médio (Ofício nº 9647/GAB/SEB/MEC, de 15 de novembro de 2005), o qual continha uma série de considerações favoráveis à inclusão da Filosofia e Sociologia nos currículos. Este ofício obteve resposta em 2006, no parecer nº 38, do Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual defendeu abertamente a inclusão obrigatória das disciplinas propondo a alteração do artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, em seu Art. 2, §3º o qual passaria a ser assim redigido: “No caso de escolas que adotarem, no todo ou em parte, organização curricular estruturada por disciplinas, deverão ser incluídas as de Filosofia e Sociologia” (BRASIL, 2006). Tal medida entrou em vigor por meio da resolução nº 4, de 16 de agosto de 2006, que alterou as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio (OLIVEIRA, 2014; SILVA, 2010).

O projeto de lei que ordenou definitivamente a inclusão das duas disciplinas no ensino médio, Lei nº 11.684/08, alterando o artigo 36 da LDB de 1996, foi sancionado em 2 de junho de 2008. Posteriormente, o CNE regulamentou a implantação da Filosofia e Sociologia pela Resolução nº 01, de 15 de maio de 2009, ordenando que a inclusão iniciasse em 2009 e se concluísse até 2011 ou 2012 (no caso dos cursos de quatro anos) (SILVA, 2010).

Entretanto, Ileizi Silva (2010) já destacava, em meados de 2010, a importância de sermos comedidos frente ao processo de legalização e à legitimação do ensino de Sociologia. Segundo ela: “postura comedida no sentido de reconhecer que ainda temos que estar atentos às reformas educacionais, mudanças curriculares e alterações na conjuntura política do País e dos Estados” (SILVA, 2010, p.28). Este é o cenário atual no qual uma nova alteração foi proposta com a aprovação da Lei nº 13.415/2017, que altera a LDB e propõe outra organização para o ensino médio, pela qual as escolas deverão oferecer, numa primeira etapa, as disciplinas obrigatórias constantes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Num segundo momento, haverá uma parte diversificada dos currículos, onde o aluno poderá, teoricamente, escolher seu itinerário formativo que poderá ser: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências na natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas ou formação técnica e profissional. Caberá a cada educandário definir qual ou quais itinerários irá oferecer. Conforme a nova lei, as disciplinas definidas como obrigatórias em todos os anos do ensino médio são: ensino da arte, língua inglesa (incluída), língua portuguesa e matemática. No que tange ao ensino de Sociologia, sua menção ocorre no Artigo 35-A acrescido à LDB, no qual podemos ler o seguinte: “§2º - A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia” (BRASIL, 2017).

A questão é que a Sociologia deixa, novamente, de ser obrigatória nos três anos do ensino médio e, mesmo que a BNCC defina-a como disciplina obrigatória, qualquer alteração nessa lei expõe maior fragilidade visto que a nova LDB menciona apenas a obrigatoriedade de “estudos e práticas” dos conhecimentos sociológicos. Além disso, as consequências dessas reformulações ainda são desconhecidas, haja vista que não temos notícias de como os sistemas de ensino irão se adaptar às novas exigências. Uma coisa é certa, o ensino de Sociologia no ensino médio atravessa nova onda de refluxo e questionamento e, na atual conjuntura, não podemos prever qual será o resultado final de mais esse capítulo da história do ensino da disciplina na educação básica brasileira.

Frente a este novo desafio para a disciplina, cabe aos pesquisadores da temática analisar como a Sociologia vem sendo desenvolvida no ensino médio. A seguir fazemos um esforço no sentido de apresentar um panorama geral das pesquisas que tratam da questão.

### **3. A Sociologia no ensino médio: alguns comentários**

Atualmente uma gama considerável de pesquisadores vem se debruçando sobre o tema do ensino de Sociologia, mesmo que ainda se verifiquem inúmeros recortes de pesquisa a

serem desenhados, “fontes a serem construídas e/ou investigadas, sobretudo no ensino de Sociologia nas escolas secundárias, profissionalizantes/técnicas, de formação de docentes, entre outras modalidades do nível médio e tecnológico”(SILVA, 2010, p.19).

O estudo realizado por Anita Handfas (2011) nos permite visualizar de maneira mais ampla o processo de produção do conhecimento a respeito do ensino de Sociologia. Ao realizar um estado da arte sobre o tema a partir do levantamento das teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros, a autora observou uma tendência de crescimento da produção a partir dos anos 2000, contrariando “visão corrente nessa área de pesquisa de que ainda nos encontramos num estágio baixo de produção de conhecimento” (HANDFAS, 2011, p.390). Para a autora, o incremento das pesquisas sobre o ensino de Sociologia a partir de 2000 pode ser compreendido como o resultado de uma série de fatores, dentre os quais cabe destacar: a alteração na LDB em 1996; as mobilizações em torno da obrigatoriedade do ensino de sociologia na educação básica; eventos acadêmicos sobre formação de professores e ensino da disciplina; criação do grupo de trabalho “Ensino de Sociologia” no congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia de 2005; a realização do encontro nacional sobre ensino de Sociologia, cujo primeiro ocorreu em 2009, bem como a elaboração de políticas de formação docente inicial e continuada.

Em termos dos dados apresentados pela autora interessante observar que no período compreendido entre 1993 a 2011 foram defendidas 33 dissertações de mestrado e duas teses de doutorado, sendo que seis teses se encontram em andamento. Tal produção ocorre predominantemente nos programas de pós-graduação em educação (22 trabalhos), e minoritariamente em programas de pós-graduação em sociologia/ciências sociais (11 defesas)<sup>4</sup>. Outra conclusão deste estudo que chama atenção e está ligada ao campo de desenvolvimento das pesquisas é a respeito da natureza desses trabalhos: basicamente empíricos e “voltados às investigações das práticas pedagógicas que envolvem o ensino de sociologia. Ainda são poucas as pesquisas que buscam pensar sociologicamente o ensino de sociologia” (HANDFAS, 2011, p.398). Quanto às temáticas abordadas por estes estudos, as mesmas concentram-se em cinco enfoques: a) institucionalização das ciências sociais: primeiros manuais, história da disciplina nas escolas; b) currículo: disciplina escolar, práticas pedagógicas, metodologias, recursos, didáticas; c) percepção sobre ensino de sociologia no ensino médio: alunos e professores; d) trabalho docente: condições de trabalho do professor de sociologia; e) disputas pela implantação da sociologia no ensino médio.

---

<sup>4</sup> Os outros dois trabalhos defendidos foram realizados em outros programas de pós-graduação: letras e ciências. Das seis teses em andamento, quatro ocorrem nos programas de pós-graduação em educação e duas na pós-graduação em sociologia (HANDFAS, 2011).



Superado o debate sobre a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no ensino médio, outras demandas apontadas pelas pesquisas surgiram, entre elas os conteúdos a serem desenvolvidos. Verifica-se, nesse particular, uma disputa anterior que se refere à terminologia, definição de áreas e disciplinas que compõem o estudo desse componente curricular. Para Iliezi Silva (2010), ao passo que não há consenso sobre qual o rol de disciplinas que compõem as ciências sociais, os cursos de graduação foram organizados e intitulados de Ciências Sociais, já os currículos do ensino médio e cursos profissionalizantes têm adotado a Sociologia como disciplina.

Quando o Governo Militar criou os Estudos Sociais, justificando que essa área contemplava os conhecimentos de Antropologia, História, Geografia, Economia e Sociologia, contribuiu para aprofundar os problemas de definições e denominações científicas, disciplinares e profissionais. Sem dúvida que, quando iniciamos levantamentos sobre o ensino de Sociologia na escola secundária, imediatamente nos deparamos com esses desafios tendo que criar critérios de definições para poder eger os documentos, conteúdos e disciplinas que consideraremos referentes às Ciências Sociais e/ou à Sociologia especialmente (SILVA, 2010, p.18).

Todavia, a despeito de discorrermos e observarmos o comumente termo “ensino de Sociologia”, esse impasse foi, de certa forma, facilmente resolvido, haja vista que, de acordo com Amurabi Oliveira (2014), a tradição acadêmica brasileira a respeito do ensino das Ciências Sociais engloba conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. O mesmo pode ser verificado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), no edital de seleção do livro de Sociologia junto ao Plano Nacional do Livro Didático (em 2011) (OLIVEIRA, 2014), o que nos remete ao entendimento de que, quando falamos de ensino de Sociologia na educação básica, esta disciplina deve abarcar conteúdos também de Antropologia e Ciência Política. Quiçá a terminologia que melhor define o ensino desses conhecimentos na educação básica seja Ciências Sociais e não Sociologia, contudo, esse é outro debate a ser travado na história da disciplina.

Cabe, nesse sentido, ressaltar que outra demanda emergente para ensino de Sociologia é a definição das diretrizes e orientações para seleção de conteúdos e métodos de ensino (SILVA, 2010). Em momento algum da história da disciplina houve o estabelecimento de um programa único:

(...) jamais houve uma proposta de ensino de sociologia consagrada nacionalmente senão dezenas ou centenas, no mínimo, e infinitas, no máximo, presentes no cotidiano escolar, quando construídas por professores, nas propostas dos oficiais, elaboradas em cada gestão, ou nos próprios livros didáticos, a cargo de cada autor e a cada edição (MORAES, 2010, p.4).

A escolha do conteúdo (temas, teorias e conceitos) a ser trabalhado está atrelada a outro problema enfrentado pela Sociologia no ensino médio, o qual diz respeito à definição do

número de aulas semanais disponibilizadas para o desenvolvimento da disciplina (MORAES, 2010). Os estudos têm apontado que à Sociologia tem sido reservada uma hora aula semanal em cada série, ou duas horas aulas em uma das séries do ensino médio, neste caso, no terceiro ano (SILVA, 2010; OLIVEIRA, 2014).

A presença, ausência ou espaço definido para a disciplina no currículo é uma opção política, como lembrou Amaury Moraes (2010), para quem esse “problema” do número de horas da disciplina deixa de ser central quando se considera os objetivos do ensino de Sociologia. Como lembra o autor, segundo a LDB (1996) quatro seriam as finalidades do ensino médio: consolidação e aprofundamento dos conhecimentos visando prosseguimento de estudos; preparação para o trabalho e a cidadania; aprimoramento da pessoa humana (formação ética, autonomia intelectual, pensamento crítico) e, compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos (teoria e prática). Moraes (2010), além de deixar claro que existe uma estreita relação entre o currículo e os objetivos do ensino médio, os apresenta relacionados aos sistemas educativos. Dessa forma, seriam três os objetivos do ensino médio: aprovação no vestibular – levado a cabo pelas escolas privadas; exercício da cidadania, sem prosseguimento dos estudos, encampadas pelas escolas públicas e, a entrada no mercado de trabalho levada a efeito pelas escolas públicas de caráter técnico profissionalizante.

Trata-se, pois, da discussão sobre currículo, que não é algo pacífico, pelo contrário, o currículo é um espaço de poder e como tal um campo em constante disputa. No que tange ao debate sobre ensino de Sociologia “(...) conhecer o campo de luta, que é o currículo, nos ajuda a entender que [...] expansão não significa consolidação definitiva da disciplina ou de seus conteúdos nas escolas” (SILVA, 2010, p.28). Esse cenário se agrava haja vista a ausência de uma tradição solidificada da disciplina no currículo escolar, bem como, de um currículo para a disciplina (OLIVEIRA, 2014).

Desde o ponto de vista sociológico, a finalidade da Sociologia na educação básica seria “o estranhamento e a desnaturalização da realidade social” (OLIVEIRA, 2014, p.1029). Nesse caso, outras questões emergem no debate e agravam o cenário para os docentes e pesquisadores que lecionam essa ciência na educação básica, dentre os quais a capacitação dos profissionais responsáveis pela disciplina nas escolas de ensino básico (OLIVEIRA, 2014; SILVA, 2010).

Frente a estas questões, parece-nos que ainda existem lacunas a serem sanadas no que se refere à compreensão do ensino de Sociologia, o que “engloba questões tão diversas relacionadas ao currículo, à formação de professores, à elaboração de materiais didáticos etc.”(OLIVEIRA, 2014, p.1034). Bem como demandas relativas à análise das licenciaturas em

Ciências Sociais, espaços de formação continuada nas universidades, elaboração de questões para as provas de vestibulares, de concursos públicos para professores da disciplina, docentes de Sociologia para as burocracias educacionais (SILVA, 2010), entre outros.

Visando contribuir para este debate, nos propomos neste trabalho compreender, desde a perspectiva do currículo, como ocorre o desenvolvimento da disciplina de Sociologia em escolas técnicas que oferecem ensino médio integrado à formação profissional, a partir da experiência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense(IFSul).

#### **4. A Sociologia no IFSul**

Para pensar a Sociologia no Instituto nos ateremos à sua inclusão desde a perspectiva do currículo considerando o espaço destinado à disciplina nas grades curriculares e conteúdos ministrados.

A Sociologia é ministrada em onze dos quatorze campi que compõem o IFSul<sup>5</sup>. No conjunto, eles ofertam 30 cursos de ensino médio integrado, sendo que destes, 16 têm uma oferta: Comunicação Visual, Design de Interiores, Eletrônica, Eletrotécnica, Química, Agroindústria, Meio Ambiente, Agropecuária, Vestuário, Automação Industrial, Controle Ambiental, Mecatrônica, Eletroeletrônica, Sistemas de Energias Renováveis, Eventos, Plásticos e Refrigeração e climatização. Quatro cursos são ofertados em dois campi: Informática para Internet, Edificações, Eletromecânica e Agropecuária. O curso de Informática é o que mais tem oferta, sendo ministrado em seis campi do Instituto Federal.

Com exceção dos cursos oferecidos pelo Campus Pelotas-Visconde da Graça, os quais são de três anos, todos os demais campi oferecem ensino técnico integrado com duração de quatro anos. Considerando as grades curriculares, identificamos que a carga horária destinada à Sociologia é de uma hora/aula semanal em todos os anos de duração dos cursos que têm organização curricular anual. A exceção é o curso de Meio Ambiente do Campus Pelotas-Visconde da Graça que ofertava dois períodos semanais, mas após reforma curricular (em período de transição), passou a ofertar dois períodos de Sociologia apenas no segundo ano do curso<sup>6</sup>. Os campi Pelotas e Bagé têm ingresso anual, porém, organização curricular dividida por semestres; assim, a Sociologia é ministrada apenas nos semestres pares tendo dois períodos ou duas horas/aula semanais. Apesar dessa diferença, a carga horária total da

<sup>5</sup> Três campi não ofertam ensino médio integrado: Passo Fundo, Lajeado e Avançado de Novo Hamburgo.

<sup>6</sup> O mesmo deverá ocorrer com os demais cursos do campus a fim de obedecer à normativa interna que preconiza um total de 160horas/aula ou 120horas/relógio para a disciplina ao longo dos cursos oferecidos pelo Instituto.

disciplina em termos anuais é 30horas/relógio ou 40horas/aula, assim como nos cursos dos demais campi.

Desse modo, em termos de horas destinadas ao ensino de Sociologia não há diferença entre os campi do Instituto. Também não há disparidade com relação ao que vem se adotando em outras escolas, conforme demonstram pesquisas realizadas por Silva (2010) e, mais recentemente, Oliveira (2014, p.1031), para quem “via de regra a disciplina conta com apenas uma hora aula semanal na carga horária das escolas de ensino médio”. É em função do entendimento do que venha a ser escola, a educação e a sociedade que os currículos são definidos. O currículo foi e continua sendo parte importante de um jogo de poder, sendo assim é “um empreendimento político e, como tal, se apresenta como uma barreira para um projeto de transformação social, de legitimação e de oficialização de disciplinas como, por exemplo, o ensino da Sociologia que tenham o intuito de transformação e crítica social” (ORSATO, 2013, p. 46).

Por meio do currículo escolar como espaço de poder podemos verificar as lutas travadas a respeito do que seja o social e o político, como nos lembra Tadeu Tomaz da Silva (1999, p.10): “é por meio do currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional, que os diferentes grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua “verdade”. O currículo pode ainda, nessa linha de raciocínio, ser interpretado como um elemento simbólico que define o conhecimento válido, as maneiras apropriadas de ter acesso a ele e, como resultado, “estabelece diferenças, constrói hierarquias, produz identidades” (SILVA, 1999, p. 11-12).

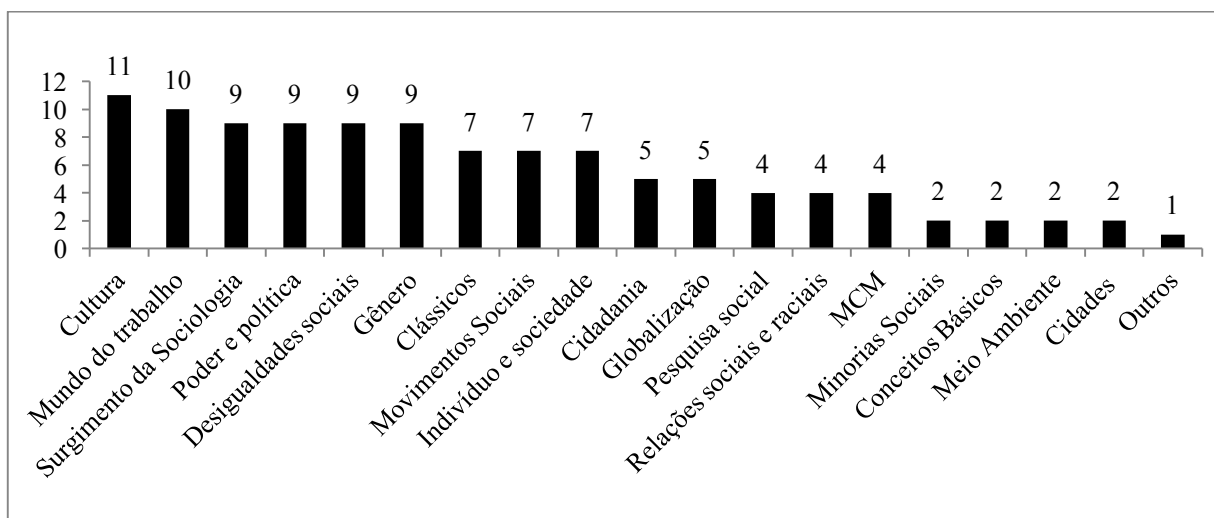
Especialmente no que se refere à Sociologia nos currículos escolares das escolas técnicas essa disputa em torno do currículo desconsidera que o conhecimento sociológico está para além da formação técnica, implica compreender a ação humana, a realidade que cerca o sujeito, comprometer-se e responsabilizar-se para com a sociedade (COSTA, 1997).

Os professores de Sociologia enfrentam não apenas os problemas sobre questões curriculares, mas também em termos da composição programática da disciplina, haja vista não haver um currículo nacional comum. Nesse sentido esta pesquisa corrobora a ideia de autonomia dos campi para a elaboração dos conteúdos a serem ministrados na Sociologia do ensino médio. Ao analisar os temas tratados nos onze campi do IFSul, constatamos que, os programas mencionam 26 assuntos<sup>7</sup> diferentes nas três ou quatro séries, como verificamos na figura a seguir.

---

<sup>7</sup> Para efeitos de elaboração da figura, agrupamos em “Outros” todos os temas que foram encontrados em apenas um programa da disciplina.

**Figura 1** - Temas encontrados nos conteúdos programáticos da disciplina de Sociologia/IFSul.



Fonte: Elaboração própria.

Como demonstrado acima, “Cultura” é o único tema constante nos programas de todos os campi, em ao menos uma das séries, em especial nos primeiros e segundos anos, mesmo que tenha abordagens diversas como, por exemplo, num campus trata do relativismo, etnocentrismo, alteridade, em outro, aborda o conceito, formação do povo brasileiro, regionalismo, ou ainda, criações humanas e função da cultura. Em outro programa verificamos o debate voltado para a questão da diversidade cultural, cultura e classes sociais, gênero, globalização e cultura, e assim por diante.

O segundo tema que encontra acolhida entre os conteúdos programáticos da disciplina de Sociologia no IFSul é a discussão sobre o “Mundo do trabalho”, estando presente em dez dos onze campi, em particular nos segundos e terceiros anos. Da mesma forma que o debate sobre cultura, a discussão sobre mundo do trabalho é realizada com vieses diversos nos diferentes campi, sendo aventados os seguintes itens: o trabalho nas diferentes sociedades, flexibilização e precarização do trabalho, a luta por direitos trabalhistas, as mulheres e o mercado de trabalho, alternativas ao modo de produção capitalista, desemprego, trabalho análogo ao trabalho escravo.

Presente nos programas de nove campi, encontramos quatro assuntos. O primeiro deles, o “Surgimento da Sociologia”, conteúdo ministrado exclusivamente no primeiro ano do ensino médio, aborda questões como o que é a Sociologia, a Sociologia como ciência, transformações sociais, o contexto histórico de seu surgimento, desenvolvimento e consolidação. O segundo tema é “Poder e Política”, especialmente no segundo e terceiro anos. Como não podia deixar de ser, essa temática exprime olhares diversos refletidos de maneiras distintas nos programas. Enquanto alguns vão debater a questão do conceito e formas de

exercício do poder, Estado, governo, partidos políticos, sistemas eleitorais, democracia, participação política, outros vão discutir o estado de bem-estar social, liberalismo e neoliberalismo, outros ainda agregam o debate sobre a sociedade disciplinar e a sociedade do controle, ou a microfísica do poder, formas de resistência e, ainda, a formação política brasileira.

O terceiro tema bastante presente são as “Desigualdades Sociais”, particularmente nos segundo e terceiro anos. A partir dessa categoria são debatidas questões como, por exemplo: estratificação e desigualdade social: castas, estamentos, classes sociais, pobreza e exclusão, equidade social, ações afirmativas, mobilidade social, desigualdade de gênero, social e étnica, jovens e indicadores sociais, situação da mulher e dos afro-brasileiros, condição de nascença, desgraça, destino. Como ocorre com os outros temas abordados, há diferença no que os programas apresentam para cada campus, contudo, o leque de subitens é menor para esta categoria, e então, por exemplo, estratificação, pobreza e exclusão social são questões comuns entre os assuntos elencados.

O quarto tema é “Gênero”, assunto tratado com mais frequência no segundo ano. Interessante observar que dos nove campi em que encontramos menção ao debate sobre gênero, apenas dois definem o tema como uma unidade a ser estudada. Em um dos programas a disciplina debate questões de sexo e gênero, movimentos feministas, mulher e trabalho e mulher e política. No outro, o item se chama “Gênero, Política e Identidade” e apresenta os seguintes itens: a construção de gênero, identidade sexual e identidade de gênero, gênero no debate político, grupos LGBTs e as concepções contemporâneas de gênero, gênero e multiafetividades. Os demais doze programas (em sete campi) mencionam a discussão sobre gênero como subitens dentro de outras categorias. Assim vamos encontrar: desigualdade e gênero; situação da mulher e afro-brasileiros; as mulheres e o mercado de trabalho; gênero no debate sobre cultura enfatizando a questão da identidade de gênero, sexual e os movimentos de afirmação; gênero e feminismo ao se reportar à questão das instituições no debate sobre indivíduo e sociedade; classe social e gênero; identidades sociais e de gênero no mundo do trabalho; e sexualidades e relações de gênero dentro do debate sobre globalização.

Em número um pouco menor, constante nos programas de sete campi, aparecem três temas: 1) “Clássicos da Sociologia”, estudado nos primeiros anos do ensino médio, abordam o pensamento dos autores Max Weber, Karl Marx e Émile Durkheim; 2) “Movimentos Sociais”, especialmente nos segundos e terceiros anos, discute questões como: teoria e contextualização histórica, ou conceitos e classificações, principais movimentos sociais no Brasil. Em outros campi discutem-se também os movimentos pela redemocratização do país, relações entre Estado, mercado e sociedade civil, movimento operário e movimentos sociais

agrários; 3) “Indivíduo e Sociedade”, tema debatido principalmente nos primeiros anos, apresenta questões diversas entre os programas, nos quais se observa o debate sobre processos de socialização (conceito, diferenças, tipos), instituições sociais (família – transformações familiares, gênero e feminismo, religião, instituições governamentais), comunidade e sociedade, *habitus*, o indivíduo na sociedade (o particular e o social), relações sociais, fato social, classes sociais e ação social, sociabilidade moderna. Quando aparece no segundo ano apresenta questões como a microssociologia (pessoa e identidade; o eu e a representação; pertencimento; individualismo), a macrossociologia (sociedades pré-modernas; grupos sociais; movimentos sociais; estruturas sociais; fenômenos sociais - suicídio e violência) e as instituições sociais, já mencionado.

Em menos da metade dos campi (cinco) observamos o debate sobre “Cidadania” e “Globalização”. O primeiro é um tema tratado até o terceiro ano, já o segundo tema também é debatido no quarto ano do ensino médio. Da mesma forma que os demais, não há unidade entre os programas sobre o que abordar em cada um desses itens. No que se refere à cidadania observamos que são debatidos: historicidade (origens, direitos e deveres, Declaração Universal dos Direitos Humanos), cidadania no Brasil, mobilização e organização social. No que se refere à globalização, são abordadas questões como: socialização planetária, a face homogênea e heterogênea da globalização, a transculturação (culturas híbridas), globalização política e econômica (sociedade do consumo, liberalismo, Estado de bem-estar social e neoliberalismo), a violência e a globalização (papel do Estado, criminalidade, juventude e crime, crimes políticos, segurança pública), os tipos de globalização (econômica política e cultural), relação campo-cidade, relação corpo-saúde-sociedade.

Os temas “Pesquisa Social”, “Relações Sociais e Raciais” e “Meios de Comunicação de Massa - MCM” se fizeram presentes em quatro conteúdos programáticos. Seguindo a estrutura observada até o presente cada campi aborda questões diversas para cada tema. Assim, a temática “Pesquisa social”, vista em programas de primeiro, segundo e quarto anos, versa sobre a pesquisa e procedimentos epistemológicos, concepção de pesquisa social, teorias, técnicas, tipos e métodos de pesquisa, práticas de pesquisa, além disso, análise de texto e elaboração de resenha, mecanismos de pesquisa, etapas de um projeto de pesquisa, análise de dados e relatório de pesquisa. Em relação ao tema “Relações Sociais e Raciais”, o mesmo é tratado nos segundo, terceiro e quarto anos abordando itens como: raça, racismo e etnia, preconceito, racismo, discriminação, xenofobia, políticas públicas de combate às desigualdades raciais, segregação, multiculturalismo e ações afirmativas e o mito da democracia racial no Brasil. O tema “MCM” é apresentado nos programas dos terceiros e quartos anos, onde se discute a história e as teorias dos meios de comunicação de massa,

mídia e cultura, mídia em uma era global, controle da mídia, quarto poder – definição e problematização do papel da mídia sobre a política e a consolidação do poder, alternativas à mídia global, novas tecnologias de comunicação e o papel dos meios de comunicação nas transformações históricas.

Na sequência, mencionados em apenas dois programas da disciplina da Sociologia nos campi estudados estão os temas “Minorias Sociais” e “Conceitos Básicos”, abordados nos primeiros e segundo anos, bem como “Meio Ambiente” – terceiro e quarto anos, e “Cidades” - quarto ano do ensino médio. Sobre o primeiro tema são definidos os seguintes itens para abordagem em sala de aula: minorias e grupos de interesse, definições, diferenciações e exemplos. Igualmente sucintos são os itens propostos para o segundo tema, descrito da seguinte maneira: estrutura da sociedade, socialização, comunicação, contrato social, isolamento social, interação social, processos sociais, agrupamentos sociais e estereótipos. Para a terceira categoria observamos o debate sobre: sociedade e meio ambiente, questões ambientais, sustentabilidade ecológica (consumismo, progresso, sociedade de risco, justiça ambiental e cidadania ecológica). Em termos do tema “Cidades” a discussão elencada é: o desenvolvimento da cidade na modernidade, urbanização na periferia, desigualdades nas cidades, cidades globais, cidades industriais, metrópoles, teorias sobre cidade e urbanismo, sociologia urbana, revolução urbana, teorias do espaço urbano, transformações urbanas, os *shopping centers* e as mudanças do urbano.

Finalmente, a categoria “Outros” compreende oito temas encontrados apenas uma vez na análise dos conteúdos programáticos analisados: “Conhecimento”, “Religião”, “Sociologia e pós-modernidade”, “Mudança social”, tratados nos terceiros anos; e “Questão geracional”, “Produção textual sociológica”, “Sociedade da informação” e “Interpretações do Brasil”, discutidos nos quartos anos.

Frente a estes dados, cabe salientar que a maior diversificação dos programas ocorre no quarto ano de ensino da disciplina. É nesta etapa que o currículo difere mais em termos dos temas abordados, embora seja necessário destacar a falta de coesão entre os temas em todos os anos do ensino médio, reflexo da falta de um programa nacional comum para a disciplina. Contudo, isso não inibe a constatação relativa à ausência de debate interno a fim de construir uma base comum.

Tal fenômeno pode ser compreendido desde o princípio educativo de que nos cursos integrados haja relação entre as disciplinas do ensino médio com a formação profissional; assim todos os campi, bem como os professores da disciplina, teriam (e têm) autonomia para elaborar um conteúdo programático que dialogue com os cursos para os quais é ministrada. Isso pode ser verificado, no âmbito do IFSul, notadamente em dois casos: no campus de



Jaguarão, que oferece o curso de Edificações e em cujo currículo da Sociologia está assinalado o debate sobre as “Cidades”; e no campus Gravataí, no qual o curso de Informática para Internet, por meio da referida disciplina, debate a questão das “Tecnologias da Informação”.

Outro item a destacar é que a maioria dos programas da disciplina de Sociologia dos campi do IFSul segue a orientação dos PCNs (1999), assim como se coaduna aos resultados de pesquisas já desenvolvidas a respeito do currículo e dos conteúdos trabalhados, haja vista que contempla as três áreas das Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Como visto anteriormente, o entendimento comum é de que a Sociologia no ensino médio deve incluir estudos a respeito dessas três áreas (OLIVEIRA, 2014). A discrepância quanto a este entendimento e orientação ocorre em dois campi (Jaguarão e Venâncio Aires), nos quais em nenhum dos programas das quatro séries do ensino médio estão especificadas questões relativas a conhecimentos sobre Ciência Política.

## 5. Considerações finais

Nesse estudo, foram examinados dados relativos à organização da disciplina nos cursos técnicos integrados oferecidos pelos campi do IFSul, desde a perspectiva do currículo (carga horária e conteúdo programático). Desse ponto de vista pode-se dizer que, em termos de carga horária, ratificamos o que estudos anteriores já haviam demonstrado a respeito, ou seja, a disciplina dispõe de uma reduzida carga horária, no geral uma hora aula semanal ou, em uma das séries, duas horas aulas semanais, para cursos anuais e, duas horas aulas semestrais para cursos semestrais, totalizando 160 horas de estudo da disciplina ao longo dos cursos. Esta realidade reflete o quanto “o currículo – tal como o conhecimento e a cultura – não pode ser pensado fora das relações de poder” (SILVA, 1999, p. 16). O currículo é uma das expressões de como as relações de poder atuam no âmbito do espaço escolar, considerando a reduzida carga horária da disciplina e a permanente disputa em torno de sua obrigatoriedade ou não.

Sobre a questão dos conteúdos programáticos, averiguamos que um conjunto de 26 temas são tratados pela disciplina. O único constante em programas de todos os campi, em ao menos uma série, foi “Cultura”, mesmo assim com abordagens diversas de um campus para o outro, como acontece com as demais temáticas. Chama atenção ainda que oito temas foram abordados por apenas um programa da disciplina e, que no geral, a maior discrepância entre os temas encontra-se nos programas relativos ao ano final do ensino médio (quarto). Esse dado demonstra novamente que a ausência de um programa nacional para a disciplina permite

aos professores elencarem quais temas serão trabalhados. Como vimos, tal situação, por um lado, admite realizar conexões mais evidentes com os cursos para os quais a disciplina é ministrada; por outro, não obriga que se cumpram as orientações dos PCNs segundo as quais deveriam ser incluídos nos programas da disciplina conhecimentos das três áreas das Ciências Sociais: Sociologia, Ciência Política e Antropologia.

Averiguamos, assim, duas questões principais neste artigo: a reduzida carga horária destinada à disciplina nos currículos escolares, resultado, como já dissemos das disputas de poder sobre o mesmo, e a diversidade de conteúdos expostos nos programas analisados, fruto especialmente da inexistência de um currículo nacional para a Sociologia. Contudo, a despeito dessa conclusão, importante destacar que no IFSul mesmo antes da lei que garantiu a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no ensino médio, era prática comum destinar espaço à disciplina em ao menos uma das séries dos cursos técnicos oferecidos pelos campi que hoje o compõem. A título de exemplo, citamos o caso do campus Pelotas-Visconde da Graça que desde 1995 incluiu a Sociologia nos currículos, aumentando sua carga horária ao longo dos anos, especialmente, claro, a partir de 2009.

Esse processo parece ter respaldo no entendimento de que, mesmo com baixa carga horária e conteúdos diversos, haja vista a grande quantidade de temas possíveis de serem elencados no âmbito das Ciências Sociais, a inclusão da Sociologia no ensino médio tem papel importante na constituição do pensamento crítico e na formação para o exercício pleno da cidadania. Essas são as duas questões tradicionalmente elencadas como justificativas para sua inserção nos currículos escolares. Contudo, há outro argumento que nos parece ainda mais significativo, visto que os anteriores podem ser resolvidos a partir da base curricular de outras disciplinas da área de humanas. Trata-se do fato de que Sociologia maneja um conhecimento específico cujo objetivo último seria o de proporcionar o estranhamento, a problematização e a desnaturalização da realidade social tal como é vista e compreendida pelos discentes (OLIVEIRA, 2014; PASSAMANI, 2016). Assim, a Sociologia seria o componente curricular capaz de contribuir para uma compreensão específica da realidade social e da experiência humana que leva em conta a construção dessa realidade, que desnaturaliza processos sociais internalizados e que permite outro olhar sobre as relações sociais que está para além do senso comum, ao passo que torna acessível aos estudantes do ensino médio o contato com as teorias desenvolvidas nos campos de domínio das Ciências Sociais (OSÓRIO; SARANDY, 2016).

Desse modo, embora haja lacunas a serem sanadas em termos da inclusão e desenvolvimento da Sociologia no ensino médio, sua integração aos currículos representa uma oportunidade singular na formação dos alunos voltando-se para a compreensão da sociedade, dos processos/fenômenos sociais, da realidade vivenciada pelos mesmos, que

nenhuma outra disciplina poderia dar conta, visto a especificidade dos conceitos, teorias, métodos e análises construídas pelas Ciências Sociais.

Frente a estas considerações emerge a necessidade de compreender o panorama do ensino da disciplina de Sociologia desde a ótica dos docentes, o que poderá resultar em novo escrito, dessa vez contemplando questões como: de que forma compreendem o ensino da disciplina na instituição, qual a participação dos mesmos na construção do currículo, que metodologias têm empregado, entre outras. Consideramos que apreender questões como essas, levando em conta a perspectiva dos professores, traria mais luzes ao debate sobre ensino de Sociologia no ensino médio.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969. *Institui a obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica*. Brasília, 1969.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. *Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus*. Brasília, 1971.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.663 de 14 de junho de 1993. *Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969*. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 15/1998. *Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio*. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 03/98. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. *Orientações Curriculares Nacionais*. Ministério da Educação: Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 04/2006. *Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei nº 13.415/2017. *Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do*

*Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.* Brasília, 2017.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de Sociologia em ensino médio no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussões de Sociologia no Ensino Médio*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2004.p.17-28.

CASÃO, Carolina Dias Cunha; QUINTEIRO, Cristiane Thais. Pensando a Sociologia no ensino médio através dos PCNEM e das OCNEM. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 225-238, jan/jun. 2007. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3403/2767>. Acesso em 07 nov. 2016.

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 2. ed.São Paulo: Editora Moderna, 1997.

HANDFAS, Anita. O estado da arte do ensino de Sociologia na educação básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. *Inter-legere*, Natal, n. 9, p. 386-400, 2011. Disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/09/pdf/09es02.pdf>>. Acesso em 07 nov. 2016.

MORAES, Amaury César. Desafios para a implementação do Ensino de Sociologia na escola média brasileira. *Cadernos do NUPPS*, ano 2, vol.1 p. 1-12, set. 2010. Disponível em <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/cad1001.pdf>> Acesso em 07 nov. 2016.

OLIVEIRA, Amurabi. Os desafios teórico-metodológicos do Ensino de Sociologia no Ensino Médio. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 1019-1044, set./dez. 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2014v32n3p1019/29918>>. Acesso em 07 nov. 2016.

ORSATO, Andréia. Limites e desafios do ensino de Sociologia: reflexões a partir de uma experiência docente. In: SCHWARZ, Vera Lúcia dos Santos (org.). *Educação básica: um debate teórico sobre o ensino da Sociologia*. Pelotas: UFPel, 2013.p. 39-63.

OSÓRIO, Andréa; SARANDY, Flávio. Uma palavra sobre o silêncio: conteúdos de gênero para sociologia nos PCN, OCN E BNC. *Inter-Legere – Revista de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRN*, Natal, RN, n. 18, jan./jun. 2016 p. 58-75. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/10814>. Acesso em: 31 maio 2017.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da Sociologia e a extensão universitária. *Contemporânea*, v. 6, n. 1, p. 119-132, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/400>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

RIBEIRO, Adélia M. Miglievichet al. Sociologia e Filosofia nas escolas de ensino médio: ausências, permanências e perspectivas. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes (orgs.). *A Sociologia vai à Escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009. p.49-59.

SANTOS, Mário Bispo dos. *A sociologia do ensino médio: o que pensam os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal*. 2002. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília. 2002. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/7477?mode=full>>. Acesso em 30 mar. 2017.

SILVA, Ieizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. Introdução. In: MORAES, Amaury César. *Sociologia: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 15-44. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category\\_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 07 nov. 2016.

SILVA, Tadeu Tomaz da. O currículo como prática de significação. In: \_\_\_\_\_. *O currículo como fetiche: a poética e a política do contexto escolar*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.p.7-29.

VIEIRA, Cleber Santos. História, cidadania e livros escolares de OSPB (1962-1964). In: *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional De História* – Londrina, 2005, p.1-8. Disponível em <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1163.pdf>>. Acesso em 23 mar. de 2017.

*Recebido em: 25 de maio de 2017*

*Aceito em: 04 de junho de 2017*